

Mercado de trabalho brasileiro e comparativos internacionais

Introdução

O mercado de trabalho brasileiro atravessa um momento particularmente singular. A taxa de desemprego encontra-se próxima às mínimas históricas da série da PNAD Contínua, iniciada em 2012, desempenho que chama atenção sobretudo por ocorrer em um ambiente de política monetária significativamente restritiva. Mesmo após um dos ciclos de aperto monetário mais intensos das últimas décadas, que levou a taxa de juros real aos níveis mais elevados em mais de vinte anos, o mercado de trabalho tem se mantido resiliente, com desemprego em patamares historicamente baixos e geração consistente de postos de trabalho. Essa combinação, mercado de trabalho aquecido em meio a juros elevados, configura um dos principais desafios para o Banco Central no processo de flexibilização monetária, na medida em que condições apertadas no mercado de trabalho tendem a sustentar pressões salariais com impactos potenciais sobre inflação de serviços.

Essa resiliência contrasta com a dinâmica observada em outros segmentos da economia, que já exibem sinais mais claros de desaceleração ao longo do ciclo de aperto monetário. Setores mais sensíveis às condições financeiras, como crédito, investimentos e consumo, apresentam moderação, enquanto o mercado de trabalho permanece aquecido, sugerindo uma transmissão mais lenta da política monetária sobre o emprego, o que é consistente com a evidência empírica de que o mercado de trabalho tende a reagir com defasagem ao ciclo de juros. Parte dessa dinâmica pode ser atribuída a fatores cíclicos recentes, como o impulso fiscal observado nos últimos anos e a recomposição da demanda por trabalho no período pós-pandemia. Ainda assim, a magnitude e a persistência dessa resiliência sugerem a presença de fatores estruturais relevantes no mercado de trabalho brasileiro.

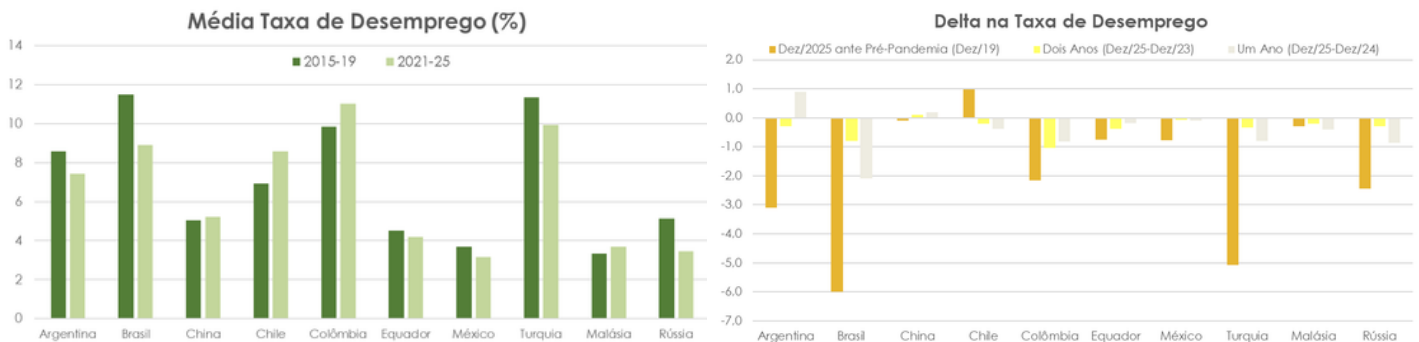
Primeiramente, cabe destacar que o mercado de trabalho brasileiro já apresentava uma dinâmica atípica no período pré-pandemia. O país vinha de uma das mais profundas recessões de sua história recente, marcada por forte destruição de empregos e desorganização de setores relevantes, com destaque para a construção civil. Esse processo, por sua vez, abriu espaço para a implementação de reformas estruturais com impactos relevantes sobre o funcionamento do mercado de trabalho, em especial a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Estudos sugerem que a reforma trabalhista, implementada em 2017, contribuiu para a redução da taxa de desemprego, estimada em cerca de 1,7 p.p., segundo paper¹ conduzido pela Universidade de São Paulo (USP) em 2022. Nesse sentido, parte do melhor desempenho observado atualmente também reflete esse ajuste estrutural prévio, que elevou a flexibilidade do mercado de trabalho e favoreceu a recuperação do emprego ao longo dos anos subsequentes.

Outro aspecto que pode ter contribuído para o crescimento recente da população ocupada é a expansão da chamada gig economy, caracterizada pela ampliação de formas de trabalho intermediadas por plataformas digitais, como transporte e entrega por aplicativos. Dados do IBGE² indicam que, ao final de 2024, cerca de 1,7 milhão de pessoas tinham como trabalho principal atividades mediadas por plataformas digitais, com crescimento mais acentuado a partir de 2020. Nesse contexto, a maior difusão dessas formas de ocupação pode ter funcionado como um importante mecanismo de absorção de mão de obra, especialmente em um ambiente de recuperação econômica ainda heterogênea.

Cenário Internacional

A comparação internacional também contribui para contextualizar esse desempenho no pós-pandemia. De maneira geral, o período pós-pandemia foi marcado por uma recuperação significativa dos mercados de trabalho em diversas economias, tanto avançadas quanto emergentes, com taxas de desemprego atualmente inferiores às observadas no período pré-pandemia e recomposição relevante da ocupação após a forte deterioração causada pela Covid-19. No entanto, a velocidade e a intensidade dessa recuperação variaram substancialmente entre países.

Gráfico 1: Desemprego Emergentes



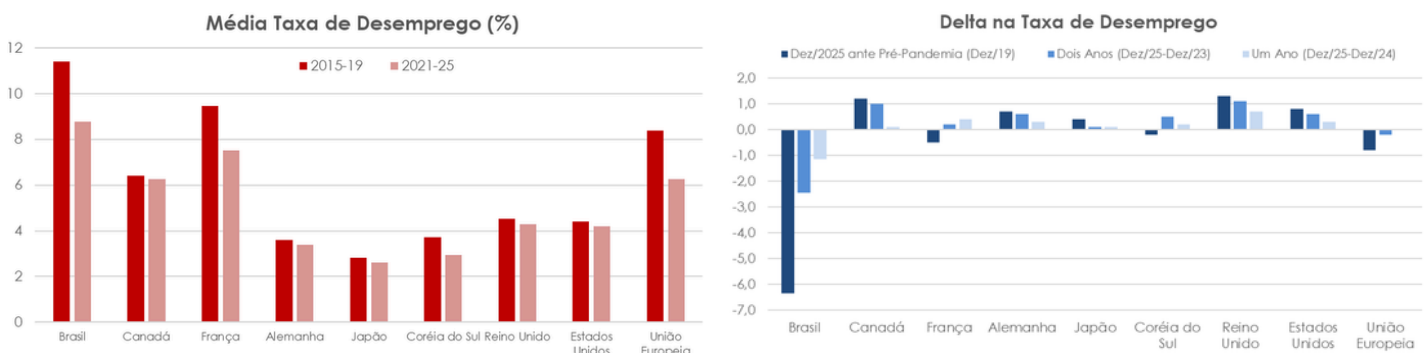
Fonte: CEIC

Entre os emergentes (Gráfico 1), observa-se que praticamente todos os países analisados, com exceção do Chile e Colômbia (que teve uma recuperação mais acentuada mais recente), apresentaram, ao final de 2025, taxas de desemprego inferiores às de 2019. Ainda assim, apenas a Turquia registrou uma queda de magnitude comparável à brasileira, o que se explica, em parte, pelo fato de ambos partirem de níveis mais elevados de desemprego no pré-pandemia.

O principal destaque, contudo, reside na dinâmica recente: o Brasil apresenta a maior redução do desemprego na margem (final de 2025 versus 2023-2024), enquanto outras economias, como Argentina, já mostram sinais de deterioração. Assim, embora a melhora em relação ao período pré-pandemia tenha sido generalizada, a continuidade e a intensidade da queda recente do desemprego diferenciam o caso brasileiro.

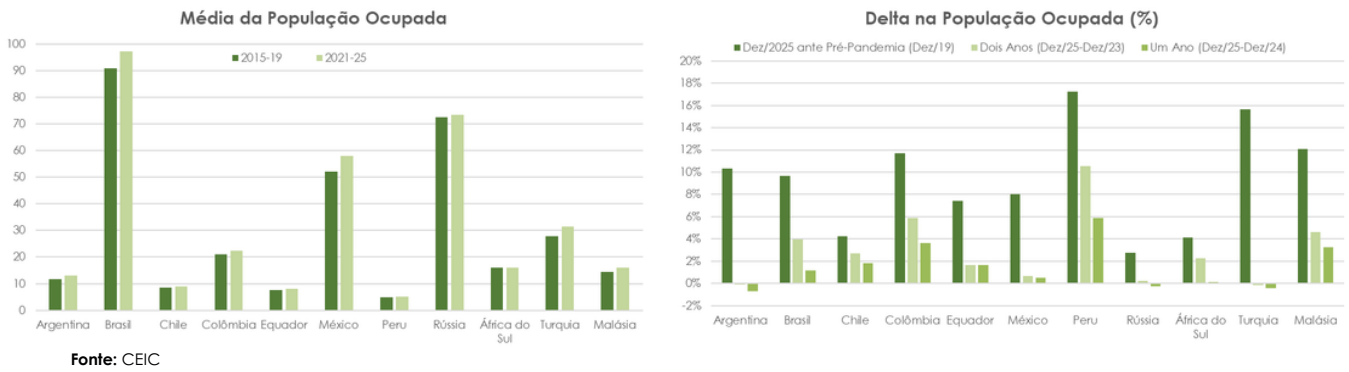
No caso das economias avançadas (Gráfico 2), a comparação é mais heterogênea. Antes da pandemia, essas economias apresentavam condições mais favoráveis no mercado de trabalho; contudo, em 2025, observa-se um cenário mais desafiador, com elevação das taxas de desemprego na margem.

Gráfico 2: Desemprego: Brasil vs Avançados



Fonte: CEIC

Gráfico 3: População Ocupada Emergentes



Ainda assim, a recuperação pós-pandemia foi significativa, e, em média, os níveis de desemprego permanecem inferiores aos observados no período pré-Covid.

Ao analisar a população ocupada, nota-se que a maioria dos países emergentes (Gráfico 3) registrou forte crescimento em relação ao pré-pandemia, com expansão próxima a 10% entre dezembro de 2019 e dezembro de 2025, ainda que com desaceleração recente. O Brasil apresenta trajetória semelhante à de países como Peru e Colômbia, indicando que a recuperação do emprego não foi um fenômeno isolado.

Já na comparação com economias avançadas (Gráfico 4), as diferenças são mais evidentes: o Brasil, isoladamente, gerou mais empregos no período pós-pandemia do que a União Europeia como bloco e do que os Estados Unidos, sendo comparável, proporcionalmente, apenas ao desempenho do Canadá, porém este possui uma população muito menor. Ainda assim, a trajetória geral de recuperação é semelhante, reforçando que o Brasil se destaca mais pela magnitude do movimento do que por sua natureza.

Gráfico 4: População Ocupada: Brasil vs Avançados

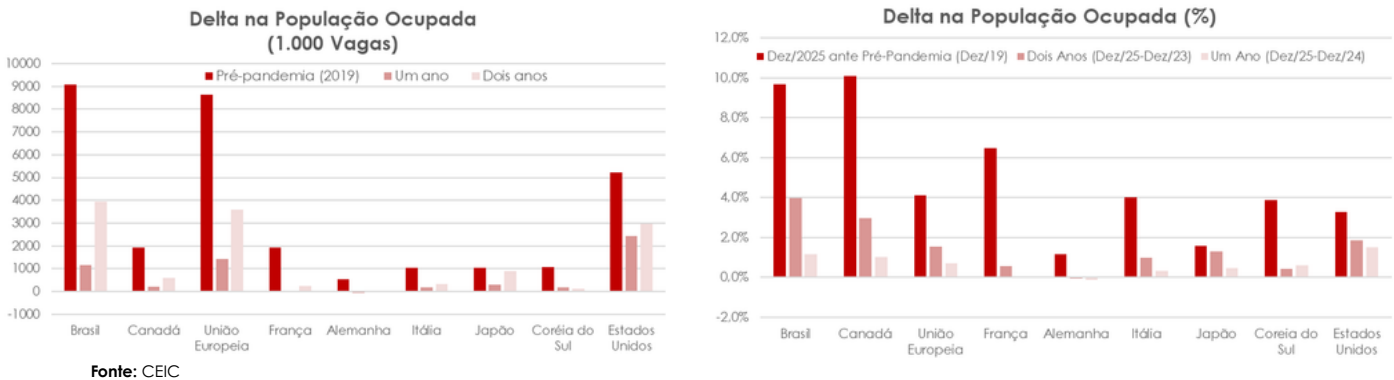
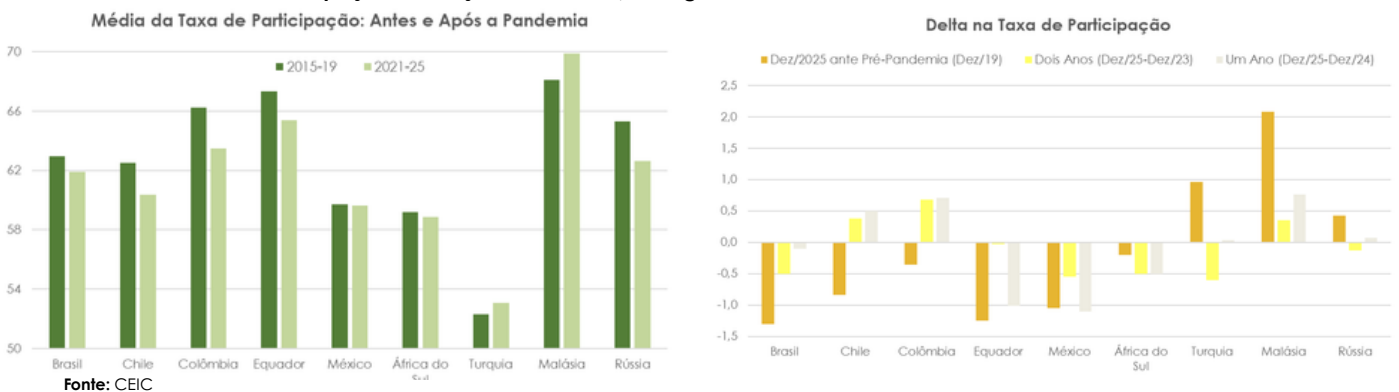
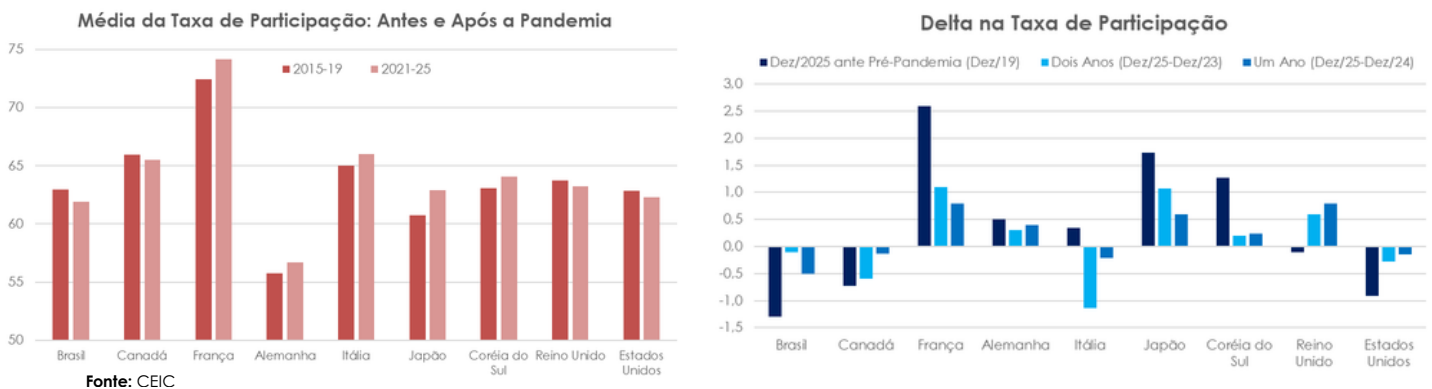


Gráfico 5: Taxa de Participação na Força de Trabalho; Emergentes



Em relação à taxa de participação na força de trabalho (a razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade de Trabalho (PIA)), emerge um padrão distinto entre os países da América Latina e outras economias emergentes. Países latino-americanos (Gráfico 5), especialmente na América do Sul, apresentaram redução relevante da taxa de participação, tanto na comparação de níveis quanto na média entre os períodos pré e pós-pandemia, enquanto economias como Malásia e Turquia registraram aumento. Esse contraste torna-se ainda mais evidente frente às economias avançadas (Gráfico 6), nas quais, apesar de maior heterogeneidade, observa-se, em diversos casos, expansão da força de trabalho (como em França e Japão). Mesmo nos países que apresentaram queda, como Estados Unidos e Canadá, a magnitude foi inferior à observada no Brasil, além de acompanhada por maior deterioração recente.

Gráfico 6: Taxa de Participação na Força de Trabalho: Brasil vs Avançados



Conclusão

Nesse contexto, o principal ponto de atenção reside no comportamento da América Latina em relação ao restante do mundo. A região foi uma das mais afetadas pela pandemia, com elevados níveis de casos e mortalidade, e respondeu com a implementação de programas robustos de transferência de renda, muitos dos quais foram mantidos ou ampliados no período subsequente. Evidências do BID indicam que a cobertura desses programas aumentou cerca de 30%, enquanto os valores transferidos cresceram quase 90%. Esse movimento pode ter alterado, ao menos parcialmente, a dinâmica da oferta de trabalho na região. Embora ainda não tenhamos uma ampla gama de estudos robustos sobre essa expansão dos benefícios após a pandemia, sendo que estudos anteriores eram ambíguos sobre o efeito e alguns até ressaltavam o potencial positivo na redução da taxa de desemprego (*Cash Transfers and Productive Inclusion: Evidence from Bolsa Família*⁴).

No caso brasileiro, a substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, após o término do Auxílio Emergencial, implicou aumento relevante das transferências, com o benefício médio passando de aproximadamente R\$ 200 para patamares entre R\$ 400 e R\$ 600. Esse movimento reduziu, ao menos em parte, a neutralidade do programa sobre o mercado de trabalho. Algumas evidências empíricas¹ sugerem efeitos negativos sobre a taxa de participação, especialmente entre grupos mais vulneráveis, como jovens, mulheres e trabalhadores de baixa qualificação, com maior incidência nas regiões Norte e Nordeste.

Adicionalmente, fatores estruturais, como o envelhecimento populacional, um fenômeno global que se intensificou no pós-pandemia, também contribuem para a moderação da participação. Ainda assim, é importante ressaltar que os resultados disponíveis são, em geral, concentrados em

subgrupos específicos e dependem de estratégias empíricas com limitações, de modo que novas evidências são necessárias para conclusões mais robustas.

Por fim, apesar da taxa de participação ainda se situar abaixo dos níveis pré-pandemia, a população economicamente ativa apresentou expansão em termos absolutos, superando os patamares observados até 2020, ainda que com ritmo de crescimento inferior ao verificado no período anterior.

Em síntese, a forte recuperação do mercado de trabalho brasileiro, com desemprego em mínimas históricas, resulta da combinação entre expressiva geração de empregos (mais de 9 milhões de vagas em relação ao pré-pandemia) e redução do crescimento da população economicamente ativa (queda de aproximadamente 1,5 p.p. desde dezembro de 2019 na taxa de participação e crescimento da PEA inferior à de antes 2019). Esse padrão encontra paralelo em outros países da América Latina, sugerindo que a robustez observada no Brasil, embora relevante, não é totalmente idiossincrática, refletindo também fatores comuns à região, em especial os efeitos da pandemia e de uma recuperação de postos de trabalho mais intensa em toda a região.

Tabela 1: População Ocupada, pré e pós pandemia

Grupamento de Atividade (PNAD)	2019 (Dez)	2025 (Dez)	Variação (Milhões)	Cresc. (%)
Administração Pública	16,0	19,4	+3,3	+20,8%
Agricultura	8,3	7,8	-0,4	-5,1%
Alojamento e alimentação	5,7	5,4	-0,2	-4,1%
Comércio	18,1	19,5	+1,4	+7,9%
Construção	6,9	7,5	+0,6	+8,2%
Indústria Geral	12,3	13,1	+0,8	+6,6%
Informação, comunicação, atividades financeiras, atividades imobiliárias	10,5	13,2	+2,7	+25,4%
Outros serviços	5,1	5,5	+0,4	+7,0%
Serviços domésticos	6,2	5,6	-0,5	-8,6%
Outros	4,9	6,0	+1,1	+22,5%
TOTAL	93,9	103,0	9,1	9,7%

Fonte: IBGE

Fonte:

- 1 - Duque, D. (2024).** *Expansão do Bolsa Família desencoraja participação no mercado de trabalho de vulneráveis.* FGV IBRE, 26 de agosto de 2024.
- 2 - IBGE. (2024).** *Trabalho por meio de plataformas digitais 2024.* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Investigações Experimentais.
- 3 - Schwarz, N.; Stampini, M. (2025).** *Landscape of Non-contributory Cash Transfers in Latin America and the Caribbean, before and after the Covid-19 Pandemic.* Policy Brief No. IDB-PB-0420. Inter-American Development Bank.
- 4 - Best, M. C.; Lobel, F.; Pinho Neto, V. (2026).** *Cash Transfers and Productive Inclusion: Evidence from Bolsa Família.* Working Paper No. 35006, National Bureau of Economic Research (NBER), março de 2026.

Our team

Andrea Bastos Damico
Chief Economist and CEO
andrea@buysidebrazil.com

Rafaela de Sousa
Economist
rafaela@buysidebrazil.com

Marcelo Alonso
Economist
marcelo@buysidebrazil.com

Mirella Hirakawa
Research Coordinator and
Partner
mirella@buysidebrazil.com

Rita Milani
Economist
rita@buysidebrazil.com

Henrique Miareli
Economist
henrique@buysidebrazil.com

